

SUMÁRIO

UMA PALAVRA DOS AUTORES	15
--------------------------------------	-----------

1

CONTEXTUALIZANDO O NOVO DIREITO CIVIL	21
1. Direito civil e direitos fundamentais: uma breve palavra inicial	21
2. Direito civil e mudanças: entre passado, presente e futuro	24
3. Direito civil como construção cultural coletiva	26
4. Direito civil em sociedades complexas e plurais	31
5. Os fins éticos do direito civil	36
6. Um início de século marcado por mudanças	42
6.1. Mudanças na parte geral	43
6.2. Mudanças no direito contratual	49
6.3. Mudanças no direito de propriedade	59
6.4. Mudanças no direito das famílias	62
6.5. Mudanças na responsabilidade civil	75
6.6. Mudanças no direito das sucessões	83
7. Características do direito civil no século XXI	88
7.1. Despatrimonialização e repersonalização do direito civil	88
7.2. Direitos fundamentais e aplicação direta às relações privadas	92
7.3. Entre códigos e microsistemas	95
7.4. O sistema jurídico como um sistema aberto de princípios normativos	97
7.5. Fortalecimento dos espaços de autodeterminação	101
7.6. Fortalecimento do caráter funcional dos conceitos	105
7.7. Um breve olhar para alguns temas atuais	107
7.7.1. Direito civil e tutela preventiva	108
7.7.2. Direito civil e dimensão existencial dos direitos	116

7.7.3.	Direito civil e vulnerabilidade.....	119
7.7.4.	Direito Civil e mínimo existencial	122
8.	Diálogos do direito civil no século XXI.....	123
8.1.	Direito civil e a força da atividade interpretativa.....	123
8.2.	Direito civil e diálogo das fontes.....	127
8.3.	Menor relevância da distinção entre direito público e privado.....	131
8.4.	Direito Civil, Estado e deveres fundamentais.....	135
8.5.	Direito privado coletivo: a proteção dos grupos e coletividades..	140
8.6.	Direito civil e direito do consumidor	143
8.6.1.	O que é o destinatário final? Tentando compreender o conceito de consumidor na visão do STJ.....	148
8.6.1.1.	Situações de não aplicação do CDC segundo o STJ	155
8.6.1.2.	Situações de aplicação do CDC segundo o STJ..	160
9.	Novos aspectos das relações obrigacionais	166
9.1.	Direito civil e autonomia da vontade.....	166
9.2.	Direito civil e equivalência material entre as prestações	169
9.3.	Direito civil e boa-fé objetiva	173
9.4.	Direito civil e função social	177
9.4.1.	Planos de saúde: um breve olhar jurisprudencial	180
10.	Direito Civil e novas tecnologias.....	194
10.1.	STF e redes sociais: o julgamento de 2025 sobre o Marco Civil da internet.....	197
10.1.1.	O direito fundamental à proteção de dados	201
10.1.2.	A economia do compartilhamento (<i>sharing economy</i>).....	204
10.1.3.	Algumas questões sobre a inteligência artificial e os algoritmos	205
10.1.3.1.	Personalidade às máquinas com inteligência artificial?	212
10.1.3.2.	A questão dos veículos autônomos.....	212
10.1.3.3.	Presença digital também é presença	213
10.1.3.4.	Aspectos comportamentais negativos: discurso do ódio e <i>fake news</i>	214
10.2.	Um olhar para o futuro do dinheiro: vivendo entre <i>blockchains</i> e criptomoedas	214

10.2.1. <i>Blockchain</i>	215
10.2.2. <i>Bitcoin</i>	216
10.2.3. <i>Ethereum</i> e outras criptomoedas	218
10.2.4. Finanças descentralizadas (DeFI)	219
10.2.5. <i>Smart contracts</i>	220
10.2.6. NFTs.....	220
10.2.7. <i>Stablecoins</i>	221

2

UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO	223
1. Direitos que estão na pauta do século XXI	223
1.1. Direito à identidade sexual	223
1.2. Direito à autodeterminação informativa	227
1.3. Direito à verdade acerca da própria origem genética.....	231
1.4. Direito ao consentimento informado.....	234
1.5. Direito à capacidade? Um olhar igualitário e inclusivo	240
1.6. Um novo olhar para os animais	245
2. Um novo olhar para os direitos da personalidade	251
2.1. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos	255
2.2. Algumas questões atuais.....	257
2.2.1. A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal.....	258
2.2.2. A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador.....	259
2.2.3. A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue	260
2.2.4. A questão da autorização para métodos contraceptivos invasivos	262
2.2.5. A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos	263
2.2.6. A questão da mudança de sexo e mudança no registro (e a aceitação do gênero neutro)	265
2.2.7. A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada.....	266

2.2.8.	A questão da discriminação e a teoria do impacto desproporcional.....	268
2.2.9	A questão da liberdade religiosa e a teoria da adequação razoável	269
2.2.10.	A questão do direito de não saber	271
2.2.11.	A questão do direito ao esquecimento.....	273
2.2.12.	A questão das biografias não autorizadas.....	280
2.2.13.	A questão do discurso de ódio (<i>hate speech</i>)	282
3.	Avanços científicos: entre dilemas éticos e jurídicos	285
3.1.	Questões relativas aos dados genéticos.....	287
3.2.	Bioética e autonomia do paciente	288
3.3.	Algoritmos e medicina	293
3.4.	O uso da tecnologia para promover direitos e liberdades?	296
3.5.	O diálogo intergeracional: olhando para o futuro.....	300

3

	DIREITO CIVIL E NOVAS COMPREENSÕES: IGUALDADE, LIBERDADE E SOLIDARIEDADE.....	303
1.	Direito Civil e deveres de igualdade	304
1.1.	Deveres de igualdade de gênero.....	309
1.2.	Deveres de igualdade racial	314
1.2.1.	Compromissos internacionais: controle de convencionalidade	316
2.	Direito Civil e deveres de liberdade.....	319
2.1.	Deveres em relação a minorias e vulneráveis.....	324
2.2.	Deveres diante de minorias e vulneráveis: o olhar do STF.....	324
2.2.1.	STF, identidade de gênero e orientação sexual: a visão atual dos deveres	328
2.3.	Liberdade e inclusão	336
2.3.1.	Inclusão nas escolas e <i>bullying</i>	336
2.3.2.	Inclusão em outros campos do direito	342
2.3.2.1.	Inclusão em questões étnico-raciais	342
2.3.2.2.	Inclusão em questões de orientação sexual	342
2.3.2.3.	Inclusão em questões etárias	343

2.3.2.4. Inclusão em questões territoriais.....	344
2.3.2.5. Inclusão de pessoas do espectro autista.....	345
2.4. Liberdade e questões patrimoniais.....	347
2.4.1. Liberdade e direitos fundamentais: STF e Código Civil ...	347
2.4.1.1. Casais em união estável devem ter os mesmos direitos sucessórios de casais casados.....	347
2.4.1.2. Maiores de 70 podem casar sem separação obrigatória de bens.....	348
3. Direito civil e deveres de solidariedade	348
3.1. Temas em construção.....	351
3.1.1. Deveres em relação às pessoas em situação de rua	352
3.1.2. Deveres em relação aos refugiados	353
3.1.3. Deveres (sobretudo preventivos) em relação aos desastres.....	355

4

TENDÊNCIAS LEGISLATIVAS DO DIREITO CIVIL.....	361
1. A codificação na tradição civilística.....	361
2. Interpretando e contextualizando as propostas legislativas – PL 4/2025	369
3. Parte Geral.....	369
3.1. A nova redação do art. 1º.....	369
3.2. As atualizações terminológicas	371
3.3. Os animais como seres sencientes	372
3.4. A unificação dos prazos da pretensão de reparação civil.....	373
3.5. A adoção da teoria subjetiva da <i>actio nata</i>	374
3.6. A previsão do direito à verdade acerca da própria origem genética	375
3.7. Uma tutela mais moderna dos direitos da personalidade	376
3.8. Algumas questões sobre a integridade física, disposição do próprio corpo e tratamento médico	378
3.9. A questão da recusa terapêutica e a recente decisão do STF	379
3.10. Reconhecimento e preservação da identidade pessoal	382
3.11. Exercícios abusivos de direitos e indenização.....	383
3.12. A disciplina do direito à imagem	383

3.13.	Aprimoramentos na responsabilidade civil do Estado	387
3.14.	A conformidade com as normas de ordem pública como requisito de validade dos negócios jurídicos	388
3.15.	A escritura pública passa a ser obrigatória em todos os negócios jurídicos relativos a imóveis	389
3.16.	A consagração da teoria da aparência.....	389
3.17.	A irrelevância do erro ser escusável ou não	390
3.18.	A questão da coação.....	390
3.19.	A anulabilidade antes da sentença de interdição.....	391
3.20.	Contagem do prazo decadencial em caso de anulabilidade	391
3.21.	Da licitude dos atos e das atividades jurídicas.....	392
3.22.	Os ilícitos civis.....	392
3.23.	A questão das provas	396
4.	Obrigações	396
5.	Responsabilidade Civil.....	398
5.1.	Uma disciplina normativa do passado?	398
5.2.	Danos extrapatrimoniais e danos patrimoniais	400
5.3.	A consagração legislativa da distinção entre fortuito interno e fortuito externo	401
5.4.	A previsão de uma norma geral sobre a responsabilidade pelo fato da coisa.....	402
5.5.	Fortalecimento dos deveres de prevenção	404
5.6.	Importantes correções na responsabilidade por fato de outrem	408
5.7.	Transmissibilidade com a herança da possibilidade de exigir danos extrapatrimoniais e patrimoniais	410
5.8.	Repetição do indébito no caso de cobrança de dívida inexistente (e arbitramento de valor compensatório complementar)	411
5.9.	Danos diretos ou indiretos, atuais ou futuros (mas não hipotéticos)	412
5.10.	A consagração legislativa da teoria da perda de uma chance.....	412
5.11.	A possibilidade, em casos excepcionais, de calcular o dano patrimonial por estimativa.....	413
5.12.	Uma via alternativa: um montante razoável correspondente à violação do direito.....	414
5.13.	A indenização no fato concorrente (corresponsabilidade do lesado).....	416
5.14.	A previsão da mitigação de danos	418

5.15. A previsão dos <i>rescue cases</i>	419
5.16. Reparação integral e previsão de formas não patrimoniais de compensar o dano extrapatrimonial.....	420
5.17. A difícil questão de quantificar os danos extrapatrimoniais: avanços do Projeto	423
5.17.1. A ausência de critérios no Código Civil de 2002	423
5.17.2. A quantificação dos danos extrapatrimoniais na CLT	424
5.17.3. A dificuldade de quantificar o inquantificável.....	425
5.17.4. O método bifásico (danos morais individuais e coletivos)	425
5.17.5. Parâmetros do Projeto para a segunda fase do método bifásico.....	426
5.17.6. A previsão de uma sanção pecuniária de caráter pedagógico.....	427
5.18. A definição de limites na sanção pedagógica e a questão da condição financeira do ofensor e da vítima.....	434
5.19. Consideração do <i>bis in idem</i>	436
5.20. A destinação da indenização para fundos públicos.....	436
6. Contratos.....	438
7. Reais	442
8. Família	447
8.1. Previsão do divórcio impositivo ou unilateral.....	447
8.2. Previsão do divórcio <i>post mortem</i>	447
8.3. Previsão de novos temas em matéria de reprodução humana ...	448
8.4. Alteração da solução diante do pai que não reconhece o filho	448
8.5. Diretiva antecipada de curatela	449
8.6. Fortalecimento da dimensão existencial dos direitos.....	449
8.7. Retirada do Código das normas sobre separação judicial	450
8.8. Disciplina da separação de fato	451
8.9. Fim do regime de participação final nos aquestos.....	451
8.10. Fim do regime da separação obrigatória de bens.....	452
8.11. Aumento dos atos civis que não precisam passar pelo Judiciário.....	452
8.12. Valorização da autodeterminação e do princípio da intervenção mínima	453
8.13. Reconhecimento da pluralidade de entidades familiares	454
8.14. Atualização da linguagem em múltiplos pontos.....	455

8.15. A adoção da <i>sunset clause</i> (cláusula do pôr do sol)	456
9. Sucessões	456
9.1. Contexto e linhas gerais.....	456
9.2. Compatibilização, à luz da decisão do STF, das normas entre casamento e união estável	457
9.3. Extinção do direito de concorrência sucessória de cônjuges e companheiros com descendentes e ascendentes.....	457
9.4. O cônjuge deixa de ser herdeiro necessário	458
9.5. Ampliação das situações que entram na comunhão parcial	459
9.6. Importante mudança relativa ao direito real de habitação	459
9.7. Ampliação da liberdade do testador em prol dos herdeiros vulneráveis (e outras hipóteses de ampliação dos espaços de auto-determinação).....	460
9.8. Simplificação das formas, aceitação de meios digitais e fim dos testamentos especiais	461
10. Direito digital.....	464

5

DIREITO CIVIL E ESTADO NO SÉCULO XXI: QUESTÕES ATUAIS	467
1. O Estado no século XXI: contextualização.....	467
1.1. Breves precisões conceituais: o que faz surgir o dever de indenizar estatal?.....	469
1.2. A responsabilidade objetiva do Estado: tradição constitucional brasileira.....	469
1.2.1. Uma lenta assimilação cultural das mudanças	470
1.3. O caráter interdisciplinar da responsabilidade civil do Estado....	471
2. As três fases tradicionais da responsabilidade civil do Estado.....	472
2.1. A quarta (e atual) fase: o Estado como garantidor de direitos fundamentais	473
2.1.1. A teoria dos deveres de proteção	474
2.1.2. O princípio da vedação de medidas insuficientes	476
2.2. Agir e deixar de agir: compreendendo a nova rede de conexões conceituais.....	477
2.2.1. O Estado como amigo e inimigo dos direitos fundamentais.....	478

2.2.1.1.	O olhar do STF sobre as prisões (estado de coisas inconstitucional e dever de indenizar estatal em razão da situação degradante dos presídios)	478
2.2.1.2.	O olhar recente do STF sobre a questão das balas perdidas nas operações de segurança pública	480
3.	Agentes públicos: compreendendo a expressão.....	480
3.1.	Amplitude conceitual da expressão “agentes públicos”	481
3.2.	A questão de o dano ter sido causado por agente público “nessa qualidade”	482
3.3.	É possível propor a ação diretamente contra o agente público? ..	483
3.3.1.	A teoria da dupla garantia	483
3.3.2.	A teoria da inexistência do benefício de ordem	484
3.3.3.	Visões distintas: STF e STJ.....	484
3.3.3.1.	A questão no STJ.....	485
3.3.3.2.	A questão no STF	485
3.4.	Casos em que o agente público só responde por dolo ou fraude ...	486
3.4.1.	As inovações do CPC/2015.....	487
3.5.	Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos	487
4.	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	488
4.1.	Omissão genérica e omissão específica.....	489
4.2.	O Estado tinha o dever de evitar o dano?	490
4.3.	A questão das omissões estatais: a culpa é necessária?.....	491
4.3.1.	Visões distintas: STF e STJ.....	491
4.3.2.	Questão pacífica? Um problema posto de forma equivocada.....	491
4.3.3.	Omissão estatal: há uma dualidade constitucional de regimes?.....	492
4.3.3.1.	A questão no STJ.....	495
4.3.3.2.	A questão no STF	495
4.3.4.	O caráter objetivo da responsabilidade do Estado nas omissões	497
4.3.5.	Até os subjetivistas estão objetivando?.....	499

4.4. Responsabilidade civil do Estado e violência urbana: já temos respostas?	502
5. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciais.....	509
5.1. Responsabilidade civil por atos legislativos	509
5.1.1. Imunidade parlamentar e questões conexas.....	510
5.1.2. O dever de indenizar e as leis.....	512
5.1.2.1. Leis inconstitucionais.....	513
5.1.2.2. Leis constitucionais	514
5.1.3. Omissão no dever de legislar: configuração atual do problema	515
5.2. Responsabilidade civil por atos judiciais.....	517
5.2.1. A questão das prisões preventivas e temporárias: há possibilidade de indenização?.....	518
5.3. Apenas ilícitos geram dever estatal de indenizar?	520
5.3.1. Postura teórica e jurisprudencial: a natureza jurídica da teoria do risco	520
6. Outras questões	522
6.1. Cartórios: a responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/2016	522
6.2. Ações de regresso: um caminho pouco trilhado (resquícios de patrimonialismo?).....	526
6.2.1. Direito ou dever do Estado?.....	527
6.2.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?	530
6.2.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso?.....	530
6.2.3.1. <i>Overruling</i> : a nova compreensão do STF sobre o tema.....	531
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	533